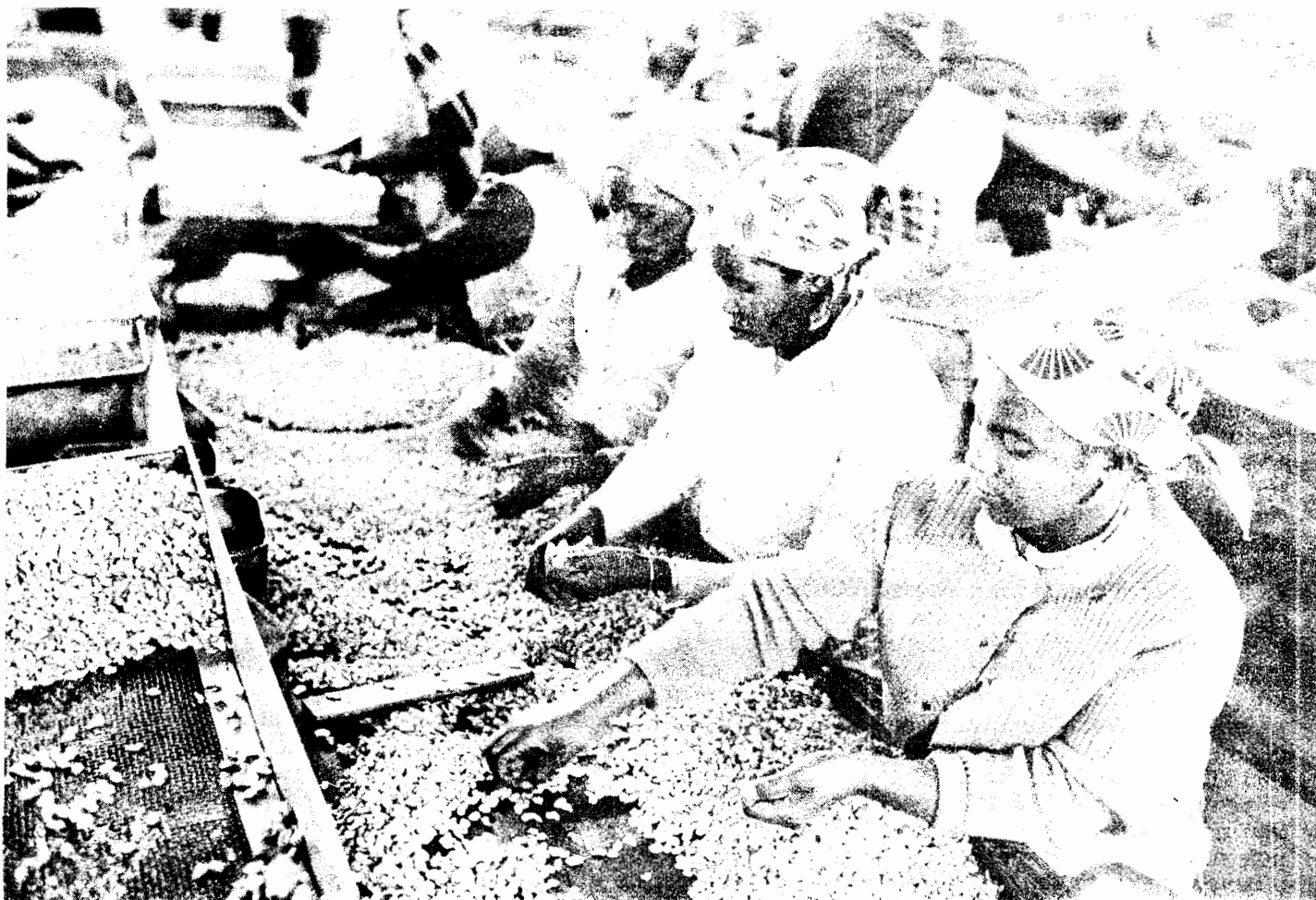


O PARTIDO E A LUTA DOS TRABALHADORES NA 'CAJU INDUSTRIAL'



Em Abril deste ano, iniciou-se o processo de Estruturação do Partido na Caju Industrial. Durante os últimos três meses a brigada de Estruturação do Partido desencadeou um processo de levantamento dos problemas existentes na fábrica, processo esse que culminou com:

- a candidatura de 126 trabalhadores para o Partido;
- a prisão de seis pessoas—o responsável financeiro da Comissão Administrativa, o secretário do Grupo Dinamizador, o responsável-adjunto dos Assuntos Sociais do GD, o responsável da Alfabetização e dois trabalhadores;
- a nomeação de uma nova direcção para a fábrica.

▲ Caju Industrial, fábrica situada na cintura industrial de Maputo, tem 2160 trabalhadores 1709 dos quais são mulheres. Esta fábrica, hoje intervencionada pelo Estado Moçambicano, foi fundada em 1950 e é a mais antiga do país no ramo de descasque e preparação do caju e também a menos mecanizada. Três fenómenos caracterizavam a exploração capitalista durante o período colonial:

- a) os salários baixíssimos;
- b) as condições de trabalho verdadeiramente sub-humanas;
- c) a sobre-exploração da mulher-operária.

Em volta destes três fenómenos gravitava toda uma vida de sofrimentos para os trabalhadores e suas famílias. É essa vida que hoje nos contam alguns dos operários e operárias da fábrica.

ESTER NEIMIA MANJATE (responsável da OMM e candidata do Partido): «Desde que entrei nesta casa vi muitos sofrimentos. Mesmo que estivesse grávida havia uns guardas que tinham sido cá postos, que nos empurravam até cair e comer areia na boca. Tendo uma criança nas costas até a criança saía das costas e caía. Havia um, chamado Mafumanhane, esse dava pancada com uma tábua de madeira e nem olhava se estava grávida ou tinha bebé, ou se era velho».

CRISTINA JOSÉ MACHAVA: «Entre aqui em 1958 e fui trabalhar na secção de descasque e depois na despelliculagem. Primeiro o vencimento era de 240\$00 (por mês), depois 330\$00, até receber 450\$00 e depois 700\$00.

O nosso trabalho era custoso, era à tarefa, e quando os fiscais viam que estamos concluídas na tarefa faziam a balança voltar atrás. E se perguntássemos porque não marcava o que devia ser, havia um europeu de nome Roquete que te mandava logo para a cadeia. Por isso calávamos. E assim andou até chegar a FRELIMO».

Esta figura, bastante conhecida em Maputo como elemento da PIDE deixou marcas na Caju Industrial. **ZEFANIAS MELECO MACHALELE**, hoje membro do Grupo Dinamizador e candidato



Aspecto do encontro com os operários e operárias sobre a situação vivida na fábrica.

do Partido, fala um pouco sobre o seu papel na fábrica: «Ele era o agente da PIDE ligado à Caju Industrial e ele tinha os seus agentes aqui que nos deviam vigiar. E até este momento alguns ainda se encontram cá dentro.

ADELINA MARQUES NHANTUMBO especifica uma das formas de duplicar a exploração: «Entre em 1963 e vimos muitos sofrimentos. Havia fiscais dentro dos sectores: acontecia que quando eles odiassem alguém, essa pessoa ficava sem marcar o dia». Outra forma: «Nós aqui, nos encontramos com muitos e poucos anos de serviço, quer dizer se alguém ficava em casa doente quando voltava à fábrica não nos deixavam ficar a trabalhar. Diziam que era preciso ser reempregado primeiro. É por isso que digo que estamos empregados há muitos e poucos anos».

Ao lado Ester continua a recordar: «Havia cá umas lotarias mas essas lotarias não era para o povo ganhar. Eles favoreciam sempre as amantes deles e assim umas recebiam máquinas de costura, chapas de zinco para fazer as casas. E também havia outra coisa: quando íamos a sair o portão da fábrica, se deixávamos cair cartão de entrada e não o víamos então, quando viéssemos trabalhar no dia seguinte, não éramos aceites no serviço, e assim passava às vezes um mês sem trabalhar e sem receber».

De um lado o terror, do outro a tática de semear divisões entre os trabalhadores. E também a prostituição para sustento dos filhos, e o analfabetismo parale-

lamente ao desconhecimento da língua portuguesa. Na Caju Industrial, como no resto do país, foi a história do capitalismo na sua variante colonial.

2 — SE A BRIGADA NÃO CAVAR FUNDO...

Três anos após a independência muito mudou e muito não mudou. É um processo. Completando as suas memórias sobre a situação no período colonial Adelina diz: «E assim chegou o tempo de estarmos livres e independentes e de entrarmos todos na FRELIMO. Vimos os momentos da FRELIMO e ficámos contentes, mas não totalmente por causa da nossa casa».

Em Abril deste ano a brigada de estruturação do Partido começou a trabalhar na Caju Industrial. Um dos elementos dessa brigada sintetiza a situação encontrada na altura: «Quando lá chegámos para reunir com os trabalhadores e iniciar assim o processo de estruturação do Partido deparámos com uma situação muito grave. Os trabalhadores não falavam, não contribuía e mesmo a cantar parecia que estavam mortos. Por mais que tentássemos, não conseguíamos nada. Então voltámos, discutimos a situação para vermos como avançar, qual a tática correcta a adoptar. Reunimos de novo com as estruturas e pusemos a questão. No entanto, também eles não avançavam grande coisa. Víamos que havia problemas mas não conseguíamos detectá-los. Então decidimos que iríamos fazer reuniões por sectores, mais restritas portanto. Avan-

çámos com esse processo. Mas, mesmo assim, houve dificuldades. Foi então que uma operária se levantou numa reunião e disse que se a brigada não cavasse fundo, não conseguiria levar avante o trabalho, não conseguiria implantar o Partido na Caju Industrial».

Foi como arrancar a tampa a uma panela com água a ferver dentro.

Todó um novo processo de purificação foi despoletado: as operárias, particularmente elas, começaram a descrever pormenorizadamente a situação depois da queda do colonialismo.

3 — «NÃO COMBATEMOS OS OPRESSORES ESTRANGEIROS PARA PÔR NO SEU LUGAR OPRESSORES NACIONAIS». (Samora Machel)

Estas palavras do presidente da FRELIMO, síntese da linha política do Partido, podem ser aplicadas ao caso da Caju Industrial, nomeadamente, ao processo que levou o Partido a actuar contra a opressão nessa fábrica nos últimos meses.

Adelina Marques Nhantumbo, membro dos CPUP, começa a recordar a nova fase pós-colonial. É uma luta, lenta, e extremamente complexa, que se desenvolve.

«Formámos o primeiro Grupo Dinamizador e vimos que não estava a seguir as aspirações das massas e então foi dissolvido. Nomeámos o segundo Grupo Dinamizador, que é este hoje, e ele provou que era a mesma coisa.

Depois foram nomeados os Conselhos de Produção mas não foram dados o tempo para poderem exprimir o que sentiam. Quando foram nomeados os CPUP disseram que eles deveriam seguir tudo o que diz respeito aos trabalhadores mas não foram dados ocasião de ouvir os problemas e também quando trouxéssemos orientações, não nos deixavam implementar. Até as próprias férias foi uma guerra para as conseguirmos. Mesmo hoje não consigo falar, falo duvidosa e com dificuldade. Nós não conseguimos porque não nos davam ocasião de sentar e debater os problemas da casa para então sabermos que agora já somos humanos e estamos livres e independentes. Não nos davam essa liberdade alguns responsáveis do Grupo Dinamizador. E quando

íamos à Comissão Administrativa para apresentar os problemas, não nos davam ocasião de obter uma resposta e assim ficámos passivos. Até agora é difícil levantar os casos. Estávamos livres, nós filhos de Moçambique, mas aqui na nossa casa ainda não».

Segundo esta operária uma das formas de aqueles responsáveis rodearem os problemas apresentados era a seguinte: «A forma de negar às vezes, não era aberta; diziam que «ainda está-se a estudar o problema».

Onde há opressão há resistência. Na Caju Industrial houve os que lutaram contra esta situação de injustiça. Adelina especifica: «Quando se tivesse a coragem de seguir um caso até obter resposta mandavam-no embora. Até aqueles que eram do GD e quiseram seguir os casos foram embora. E para ficar a trabalhar na fábrica então tínhamos medo de falar, para não sermos mandados embora. Muitos tiveram castigo e foram transferidos para outras secções só porque deram uma contribuição na reunião. Esses eram perseguidos».

As últimas palavras desta operária introduzem um pormenor importante: a luta de alguns elementos do GD contra a injustiça dos outros do mesmo GD.

ZEFANIAS MACHALELE, secretário-adjunto do GD, foi um dos que resistiu e acabou por ser marginalizado como aconteceu

com outros nas diversas células do GD.

Caracterizando a situação no interior do GD, Zefanias Machalele disse que «havia os avançados e os atrasados», segundo os níveis de formação académica, mormente, os que se podiam exprimir melhor em português e aqueles que não conseguiam.

Quanto à Comissão Administrativa há muito a dizer.

Nomeada em 1976, mais ou menos na mesma altura em que surge o segundo GD, a Comissão Administrativa depressa começou a caracterizar-se pela actuação reaccionária de Gimo Cândido, o responsável pelo sector financeiro. Ao longo de várias reuniões gerais os trabalhadores acusaram Gimo Cândido de, entre outras coisas, conivência com roubos verificados na fábrica, desprezo pelos trabalhadores e intimidação a todos que não concordavam com as suas acções.

Um outro elemento da Comissão Administrativa, de nome Luciano, os trabalhadores identificaram-no como «muito amigo de Gimo Cândido», atribuindo-lhe também as mesmas características de arrogância para com os operários.

O terceiro elemento, Mário Cuambo, é diferenciado dos outros dois pelos trabalhadores e, pelo que se apurou, tentou várias vezes parar castigos que eram impostos «aos que não se calavam».



A creche, ou melhor a gaiola, como lhe chamam as operárias da Caju Industrial.

Agora há que referir a ligação entre os dois primeiros e aqueles membros do GD que se caracterizavam pelo mesmo tipo de acção reaccionária. Fala Zefanias Machalele: «O próprio secretário do GD, Jonas da Silva Bambo, estava colado com a Comissão Administrativa e o que eles faziam com tudo o secretário concordava. Aqui na fábrica tinham feito do secretário um capataz. Ele nunca estava no sector dele na produção, tinha que estar sempre a dar voltas para poder infor-



Ester Manjate ao responder ao Secretário do G.D. quando este lhe ameaçou de prisão por ela ter perguntado pelo dinheiro colectado para a creche da fábrica, disse: «Pode-me prender mas deverá prender-me desde os pés à cabeça até à boca, porque senão irei andar sempre a falar desde o Rovuma até ao Maputo dizendo que fui presa por perguntar pelo dinheiro do povo que foi gasto e que já não existe!»

mar a Comissão. Os problemas não eram canalizados através das células. Era o secretário que lidava directamente com todos os problemas e como ele era o secretário do GD as pessoas bastavam vê-lo, *enão* não podiam falar mais nada».

Uma das formas de intimidação mais perigosas usada por esses elementos era o facto de usarem o nome do Partido como «papão». Quando alguém protestava ou levantava problemas pendentes eles diziam «você estão a meter-se com o Partido». Isto foi nos relatado por muitos trabalhadores.

4 — EXEMPLOS DE CORRUPÇÃO MATERIAL

Roubos desvios de fundos marcaram profundamente a actividade dos elementos que têm vindo a referir: por exemplo, sobre o fundo de apoio dos trabalhadores enlutados. Fala ISABEL VICENTE MACHAVA: «Tirávamos dinheiro mas esse dinheiro todo tirávamos, em vão, pois não servia para nada daquilo que pretendíamos. E depois quando quiséssemos saber onde é que ia o nosso dinheiro eles diziam «olha, que a porta está aberta». Então as massas calavam-se temendo ser mandado embora».

Quando alguém lhe acontecia um falecimento, sendo sócio, não lhe era consentido o dinheiro para tal. No entanto pagava as quotas mas quando ia pedir o dinheiro diziam-lhe que «se queres o dinheiro então terás que desenterrar essa pessoa e tornar a enterrar para toda a gente ver dentro do caixão». Mas sabendo que nós somos pobres temos os filhos que os homens nos dão mas que depois não tomam conta deles, como não temos ninguém confiamos nesse dinheiro. Sendo assim, não iríamos dar o cadáver ao governo enquanto tirámos o dinheiro para esse efeito, não é?

Outra questão que levantou sérios problemas e contribuiu para agudizar a luta no interior da fábrica foi a colecta de mais de 20 contos para a melhoria das instalações da creche da fábrica. Es-



Matilde Tembe, operária do sector de descasque: «Aquele máquina ali fomos nós que a fabricámos!»

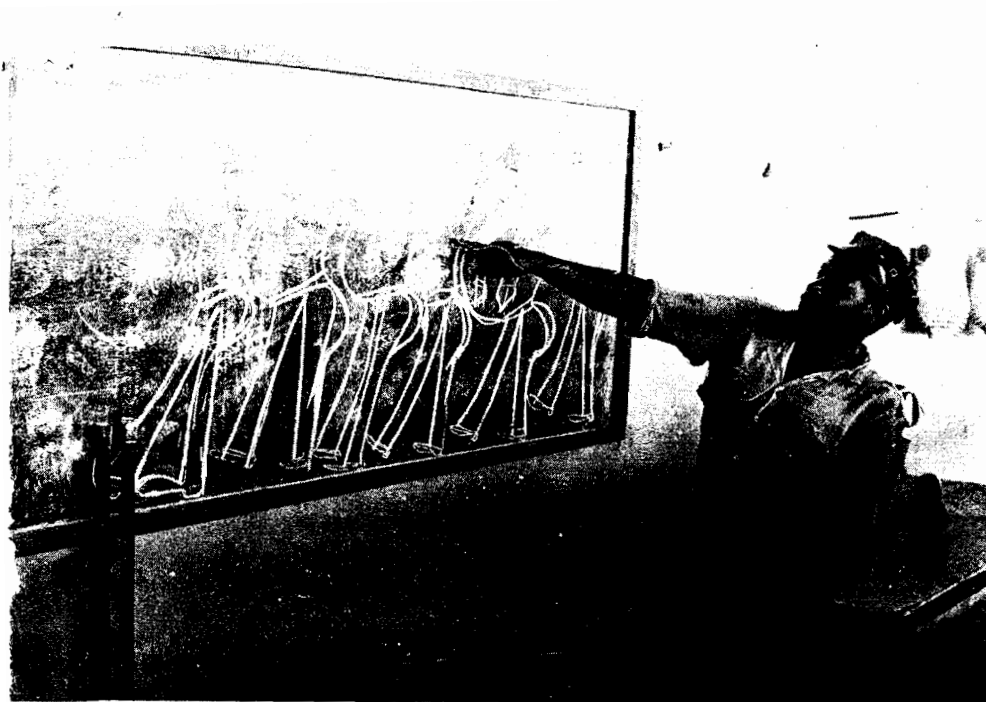
se dinheiro, entregue à Comissão Administrativa para melhorar «a gaiola» — como as operárias chamam à creche — nunca foi visto e muito menos a sua aplicação. Pressionada pelas outras operárias, a responsável da OMM, Ester Manjate, tentou saber do dinheiro junto do secretário do GD. Dada a insistência de Ester, o secretário chegou a dizer «olhem que se querem brincar com as coisas do Partido eu mando-vos prender». Então ela retorquiu, dizendo: «Pode-nos prender mas deverá prender-me desde os pés à cabeça, até à boca, porque senão irei andar sempre a falar, desde o Rovuma até ao Maputo, dizendo que fui presa por perguntar pelo dinheiro do povo que foi gasto e já não existe».

À nossa frente, Ester, continuava a falar, cada som da sua voz irada como que ecoando cada ruga da sua cara: «Com estas coisas a OMM não conseguia nada. Mesmo quando a OMM trazia documentos e orientações para dinamizar junto das massas, havia sempre problemas e não havia modo de fazer esse trabalho. Isso enfraquecia-nos por que impediam que fizéssemos ver a liberdade às massas, para saírem da escuridão e engajarem-se na política».

Foi o mesmo com o dinheiro da lutuosa. «Decidimos, as células, a OMM e os Conselhos de Produção, fazer o balanço desse fundo. Então eles disseram que eu era uma agitadora só por ter ouvido e atendido as massas quando reclamavam. E também me chamaram inimigo do povo. Fiquei tão ofendida que até andei a perguntar pelo caminho qual era o significado de ser inimigo do povo. E agora afinal, todos esses foram já presos por terem roubado o dinheiro da creche, da lutuosa, esses mesmos que me chamaram agitadora».

Um outro exemplo de corrupção material é o da conivência de pessoas em casos de responsabilidade com o roubo. É o caso de Gimo Cândido.

Um trabalhador, de nome Raimundo, foi colocado na cantina e desviou 14 700\$00. Gimo Cândido, como responsável da Comissão Administrativa para as finanças, retirou-o da cantina e pô-lo



Após a denúncia dos infiltrados pelos trabalhadores, surgiu num quadro o «retrato» dos xiconhocas, feito pela mão deste operário.

na secção de Caixa. Na Caixa Raimundo desviou 36 contos.

Na cantina Raimundo foi substituído por Eduardo Bulule que roubou 46 contos. Gimo Cândido retirou-o de lá e pô-lo no escritório como pagador. Pouco depois Eduardo Bulule desviou 10 contos.

O GD — não sabemos que elementos — soube do caso e quis apresentá-lo à PIC. Gimo Cândido opôs-se dizendo que o que devia ser feito era aumentar os ordenados desses elementos para eles poderem repor o que tinham roubado. Esta situação de conivência de Gimo Cândido foi denunciada por muitos trabalhadores.

Outros casos de roubos e desvios verificaram-se em relação a outras contribuições dos trabalhadores tais como o Banco de Solidariedade, dinheiro para as vítimas das cheias do Zambeze e

dinheiro para a escola de alfabetização. Todo este dinheiro ficava a cargo do secretário do GD, de Alfredo Macandja, dos Assuntos Sociais, e da Comissão Administrativa, que empurraram uns para os outros a responsabilidade pelo desaparecimento do dinheiro.

Mais um caso. Francisco Mindo, responsável da alfabetização, havia sido encarregado de cobrar as rendas de casa, do caniço, de alguns trabalhadores a fim de se poupar tempo. Algumas dessas rendas nunca chegaram ao APIE o que levou a que os locatários envolvidos comesçassem a ser ameaçados de despejo.

5 — AS MEDIDAS TOMADAS

Toda a investigação, a partir das acusações postas pelos trabalhadores, foram levadas a cabo por uma Comissão Especial, for-

mada por iniciativa do Gabinete Provincial de Estruturação do Partido, após ter tomado conhecimento da situação, através da Brigada.

No fim, tomaram-se as seguintes medidas, que os trabalhadores, em reunião geral, aceitaram de uma forma que não deixava margem a dúvidas:

- a prisão de Gimo Cândido, Jonas Bambo, Alfredo Macandza, Francisco Mindo, Raimundo e Eduardo Bulule.
- dissolução da comissão administrativa e nomeação de uma Direcção constituída por delegado da Comissão de Reorganização do Sector Industrial do Caju, e um adjunto proveniente da Cajuca;
- formação de uma Comissão de Assuntos Sociais que deverá fazer um levantamento de todos os problemas sociais, e estudar as soluções, tanto na Caju Industrial, como noutras fábricas do mesmo ramo;

As famílias dos presos, que não sabiam dos acontecimentos, foram notificadas. As mulheres dos presos que estejam em condições de trabalhar, poderão empregar-se na própria Caju Industrial, enquanto que às outras será dado apoio pela nova Direcção da fábrica. Os presos, quando saírem da cadeia, voltarão a trabalhar e a repor o dinheiro roubado.

6 — AS CONDIÇÕES DE TRABALHO COM BASE NA ESTRATIFICAÇÃO SOCIAL

De entre os sectores que piores condições de trabalho comportam está o de descasque, quase exclusivamente composto por mulheres.

CAJU INDUSTRIAL FUNDADA EM 1950

Trabalhadores — 2160. dos quais 1709 mulheres e 451 homens.

A Caju Industrial é a fábrica de preparação de castanha de caju mais antiga do país e também aquela que mais emprega o trabalho manual. Presentemente, a fábrica está a laborar essencialmente com base no trabalho manual, pois é aquele que garante uma qualidade mais elevada — castanha de melhor qualidade significa melhor colocação no mercado internacional, e mais divisas para o país.

O seu principal problema, neste momento, é a falta de ma-

téria-prima, o que impede que sejam atingidas as metas de produção definidas — 15.000 toneladas.

A Caju Industrial integra três sectores fabris distintos — preparação de castanha, fabrico de latas para a sua embalagem e produção de óleos a partir da casca da castanha. Estes óleos são aplicados no fabrico de produtos químicos e farmacêuticos e são, na totalidade, exportados para o Japão e Austrália.

A Caju Industrial, como todas as cajeiras intervencionadas pelo Estado, está sob a direcção geral da Comissão de Reorganização do Sector Industrial do Caju.

Trabalha-se no meio de uma densa poeira, tendo as operárias que enrolar lenços à volta da boca como protecção. As suas caras ficam esbranquiçadas como se se tivessem pintado.

Na divisão capitalista do trabalho as piores condições de trabalho estão geralmente reservadas para os sectores de trabalho manual não-especializado. Na Caju Industrial, esta situação herda da do colonialismo, mantém-se em grande parte, ainda. E as operárias têm consciência disso. MATILDE TEMBE especifica: «aquela máquina, ali, fomos nós que a fabricámos pelas nossas mãos e dói-nos todas as costelas, mas agora os que trabalham na máquina ganham mais do que nós, porque», não sei». É preciso, pois um grande trabalho político para demonstrar aos trabalhadores que o trabalho com máquinas, exige uma maior especialização, donde surge, portanto, um salário mais alto. Isto, contudo, não quer dizer que não seja necessário melhorar as condições de trabalhos dos sectores manuais como é o caso da Caju Industrial. O trabalho de consciencialização no seio dos operários deve levá-los também a compreender que condições deste tipo não são antagónicas, que a contradição antagónica é entre os trabalhadores e o capitalismo.

«Até pela maneira de comer não somos iguais», dizia ainda Matilde Tembe, agora fazendo alusão aos que foram presos e também a certos funcionários da fábrica a quem o colonial-capitalismo impôs um progressivo afastamento dos sectores laborais. Uma das características de alguns desses funcionários é a não — participação em tarefas colectivas. «Mas quem lhes paga, de onde vem o dinheiro que eles manejam, lá no escritório? Não é a nossa produção?»

São estas, algumas das contradições que a brigada de Estruturação do Partido e a célula do Partido, que em breve será criada, terão de resolver.

Há também muitos outros pequenos problemas que reflectem a estratificação social na empresa, reflexo da estratificação geral à escala da sociedade. Por exemplo, os fiscais na porta de saída não revistam alguns, dizem os

trabalhadores. Por isso continuam a registar-se roubos de vário material da fábrica.

7 — É PRECISO LIMPAR O MATO E SEMEAR AS SEMENTES

O que se passa na Caju Industrial reflecte um fenómeno actual da luta de classes em Moçambique: a crescente agudização da contradição antagónica entre as classes trabalhadoras e todos aqueles que, pelos seus métodos de actuação, demonstram ter assumido o papel que lhes legou o colonial-capitalismo português: imporem no nosso país a ditadura de uma nova burguesia.

Esses métodos de actuação estão plenamente ilustrados nesta reportagem-Dossier. São métodos característicos de sectores da pequena-burguesia, incapazes in competentes e profundamente corruptos. Roubam e nem sequer sabem bem como esconder o roubo. Por isso mesmo é esta a altura de as classes trabalhadoras moçambicanas darem um passo em frente e, desse modo, contribuirão até para que muitos dessa classe não passem para o lado do inimigo. A arma para isso, como está a provar o caso da Caju Industrial, é o processo de estruturação do Partido. Esse processo é precisamente isso de os trabalhadores exporem com toda a liberdade essa contradição antagónica entre eles e os que querem ser os Novos Exploradores.

Na Caju Industrial houve uma luta árdua durante todo o período que se seguiu à independência. De um lado os explorados, do outro, uma minoria que, usando demagogicamente o nome da FRELIMO, queria pôr os trabalhadores contra o seu Partido. Essa luta deu consciência a muitos trabalhadores dessa fábrica consciência de que os antigos exploradores podem ser substituídos por novos exploradores. E é para o Partido que vão entrar agora alguns desses homens e mulheres que não desanimaram, que no meio da confusão não se deixaram confundir totalmente. Estão na Caju Industrial e em todo o Moçambique e estão a construir o Partido.

Agora pôs-se uma questão.

Na Caju Industrial a brigada de estruturação do Partido con-

tinua lá e trabalhará com a célula mesmo depois de ela estar formada, como está a acontecer nos outros locais. Porquê?

Porque há muita coisa a resolver, pequenos e grandes problemas. O processo até aqui já demonstrou que a Estruturação do Partido, mesmo na sua fase inicial, provoca avanços consideráveis. Mas para fortalecer as células para consolidar as vitórias do período inicial, é necessária uma forte mobilização de todos os trabalhadores. Para o aumento da produção, para a elevação, da sua organização, para o reforço da sua unidade. Senão, volta a haver desânimo e os reacçãoários passarão a dizer «vejam, como o Partido não resolveu tudo, vejam, como a estruturação do Partido, afinal, não trouxe resposta para tudo».

«QUANTOS MESES LEVA A CRIANÇA NA BARRIGA DA MÃE, E DEPOIS PARA SE LEVANTAR E POR-SE DE PÉ QUANTO TEMPO LEVA? É UM ANO. SÃO DOZE MESES, NÃO É? E DEPOIS, PARA DEIXAR DE MAMAR. É UM ANO E MEIO, NÃO É? (...)

Estas palavras de Samora Machel ilustram de facto o que se está a fazer neste momento, o que é, na realidade, um processo, o processo de Estruturação do Partido. E o que se está a fazer agora é criar as condições para os trabalhadores terem o Partido no seu seio. Por isso, a brigada continua lá a trabalhar. ISABEL BUDULA KLHIVE tem consciência disso. Diz ela: «estou a dizer obrigado à brigada que está a trabalhar, mas só vasculhou por cima. Por isso é preciso que esteja ainda aqui para acompanhar estes que foram nomeados. Deveriam acabar de limpar o mato e semear as sementes para que esses que foram nomeados possam viver tudo desta fábrica. Porque ainda há restos para limpar».

E para terminar, recordamos uma cena que ilustra bem o espírito combativo dos trabalhadores na Caju Industrial.

Ester Manjate acabou a sua intervenção com as palavras «A Luta Continua!»

Silêncio (na sala).

Com a voz emocionada e batendo com o punho na mesa, repetiu:

A LUTA CONTINUA! ouviram?»